

Cargo 1: Analista do MPU – Área de Atividade: Apoio Jurídico – Especialidade: Direito



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

CONCURSO PÚBLICO 2013

NÍVEL SUPERIOR

CARGO 1:
ANALISTA DO MPU

ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO JURÍDICO
ESPECIALIDADE: DIREITO

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e na sua folha de texto definitivo da prova discursiva. Confira, também, o seu nome e os dados do cargo a que você concorre em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais ou aos dados do cargo a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo da prova discursiva.
- 5 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto da prova discursiva para a respectiva folha de texto definitivo.
- 6 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
0(XX) 61 3448-0100 | www.cespe.umb.br | sac@cespe.umb.br

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **noções de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Sempre que utilizadas, as siglas subsequentes devem ser interpretadas conforme a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: ADC = ação declaratória de constitucionalidade; ADPF = arguição de descumprimento de preceito fundamental; CF = Constituição Federal de 1988; CLT = Consolidação das Leis do Trabalho; CNMP = Conselho Nacional do Ministério Público; CPC = Código de Processo Civil; MP = Ministério Público; MPDFT = Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios; MPT = Ministério Público do Trabalho; MPU = Ministério Público da União; OAB = Ordem dos Advogados do Brasil; STF = Supremo Tribunal Federal; STJ = Superior Tribunal de Justiça; TST = Tribunal Superior do Trabalho.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Se considerarmos o panorama internacional, perceberemos que o Ministério Público brasileiro é singular. Em nenhum outro país, há um Ministério Público que apresente perfil institucional semelhante ao nosso ou que ostente igual conjunto de atribuições.

4 Do ponto de vista da localização institucional, há grande diversidade de situações no que se refere aos Ministérios Públicos dos demais países da América Latina. Encontra-se, por exemplo, Ministério Público dependente do Poder Judiciário na Costa Rica, na Colômbia e, no Paraguai, e ligado ao Poder Executivo, no México e no Uruguai.

7 Consta-se, entretanto, que, apesar da maior extensão de obrigações do Ministério Público brasileiro, a relação entre o número de integrantes da instituição e a população é uma das mais desfavoráveis no quadro latino-americano. De fato, dados recentes indicam que, no Brasil, com 4,2 promotores para cada 100 mil habitantes, há uma situação de clara desvantagem no que diz respeito ao número relativo de integrantes. No Panamá, por exemplo, o número é de 15,3 promotores para cada cem mil habitantes; na 10 Guatemala, de 6,9; no Paraguai, de 5,9; na Bolívia, de 4,5. Em situação semelhante ou ainda mais crítica do que o Brasil, estão, por exemplo, o Peru, com 3,0; a Argentina, com 2,9; e, por fim, o Equador, com a mais baixa relação: 2,4. É correto dizer que há nações 13 proporcionais com menos promotores que o Brasil. No entanto, as atribuições do Ministério Público brasileiro são muito mais extensas do que as dos Ministérios Públicos desses países.

Maria Tereza Sadek. A construção de um novo Ministério Público resolutivo. Internet: <<https://aplicacao.mp.mg.gov.br>> (com adaptações).

Julgue os itens seguintes, relativos às ideias e a aspectos linguísticos do texto acima.

- 1 Os dados expostos no terceiro parágrafo indicam que os profissionais do Ministério Público brasileiro são mais eficientes que os dos órgãos equivalentes nos demais países da América do Sul.
- 2 Com base nos dados apresentados no texto, é correto concluir que a situação do Brasil, no que diz respeito ao número de promotores existentes no Ministério Público por habitante, está pior que a da Guatemala, mas melhor que a do Peru.
- 3 Seriam mantidas a coerência e a correção gramatical do texto se, feitos os devidos ajustes nas iniciais maiúsculas e minúsculas, o período “É correto (...) o Brasil” (ℓ.11-12) fosse iniciado com um vocábulo de valor conclusivo, como **logo**, **por conseguinte**, **assim** ou **porquanto**, seguido de vírgula.
- 4 O objetivo do texto é provar que o número total de promotores no Brasil é menor que na maioria dos países da América Latina.
- 5 No primeiro período do terceiro parágrafo, é estabelecido contraste entre a maior extensão das obrigações do Ministério Público brasileiro, em comparação com as de órgãos equivalentes em outros países, e o número de promotores em relação à população do país, o que evidencia situação oposta à que se poderia esperar.
- 6 No último período do texto, a palavra “atribuições” está subentendida logo após o vocábulo “as” (ℓ.13), que poderia ser substituído por **aquelas**, sem prejuízo para a correção do texto.
- 7 Seriam mantidas a correção gramatical e a coerência do texto se o primeiro parágrafo fosse assim reescrito: Quando se examina o contexto internacional, concluímos que não há situação como a do Brasil no que se refere a existência e desempenho do Ministério Público.

1 Nenhum problema da ética ou da filosofia do direito
é tão difícil e complexo como o da justiça, e múltiplas são as
razões para isso. Em primeiro lugar, a justiça é, ao mesmo
4 tempo, uma ideia e um ideal, pois, se ela jamais se realizasse,
ao contrário de se manifestar concretamente como um dos
momentos necessários e mais altos da vida humana, seria mera
7 suposição, uma quimera não merecedora de nossa constante
atenção.

10 Todavia, por maiores que sejam os obstáculos
opostos ao nosso propósito de desvendá-la, e mesmo quando
proclamamos desconsoladamente a impossibilidade de chegar
até ela pelas vias da razão, não desaparece nossa aspiração de
13 que haja atos justos que dignifiquem a espécie humana. É que,
ainda que não consigamos defini-la, não podemos viver sem
ela.

16 Por outro lado, a justiça nunca se põe como um
problema isolado, porque sempre se acha em essencial
correlação com outros da mais diversa natureza, dos filosóficos
19 aos religiosos, dos sociais aos políticos, dos morais aos
jurídicos.

22 Nem podia ser de outra forma, em se tratando de uma
das questões basilares da história, a qual não pode ser vista
segundo uma continuidade linear, devendo ser vista como o
desenrolar de ciclos culturais diferentes, com diversificadas
25 conjunturas histórico-culturais.

Ora, cada ciclo ou conjuntura histórico-cultural tem
sua experiência da justiça, a sua maneira própria de realizá-la
28 *in* concreto, o que leva à conclusão de que, em vez de indagar
acerca de uma ideia universal de justiça, melhor será tentar
configurar, no plano concreto da ação, o que sejam atos justos.

Miguel Reale. *Variações sobre a justiça (I)*. In: *O Estado de S.Paulo*,
4/8/2001. Internet: <<http://home.comcast.net>> (com adaptações).

Considerando os sentidos e aspectos linguísticos do texto acima,
julgue os itens a seguir.

- 8 Sem prejuízo para as ideias originais do texto ou para a sua
correção gramatical, o último parágrafo do texto poderia ser
divido em dois períodos, substituindo-se a vírgula logo após
“concreto” (ℓ.28) por ponto final e reescrevendo-se o trecho
subsequente da seguinte forma: Isso leva à seguinte conclusão:
em lugar de buscar uma ideia universal de justiça, é melhor
tentar definir os atos justos no plano concreto da ação.
- 9 No terceiro parágrafo, a partícula “se” é empregada, em ambas
as ocorrências, como índice de indeterminação do sujeito, o
que confere maior formalidade ao texto.
- 10 A forma adjetiva “histórico-culturais” (ℓ.25) poderia estar
flexionada corretamente também como **históricos-culturais**.
- 11 De acordo com o texto, a justiça é um ideal de impossível
realização, o que é comprovado pela história humana.
- 12 Conclui-se da leitura do texto que a dificuldade de se definir a
justiça decorre, entre outras causas, da diversidade própria dos
grupos humanos.
- 13 Pela organização sintática do segundo período do texto,
pode-se interpretar o trecho “uma quimera não merecedora de
nossa constante atenção” (ℓ.7-8) como uma ampliação do
sentido da expressão “mera suposição” (ℓ.6-7).

1 A parte da natureza varia ao infinito. Não há, no
universo, duas coisas iguais. Muitas se parecem umas às outras,
mas todas entre si diversificam. Os ramos de uma só árvore, as
4 folhas da mesma planta, os traços da polpa de um dedo
humano, as partículas do mesmo pó, as raias do espectro de um
só raio solar ou estelar. Tudo assim, desde os astros no céu, até
7 os micróbios no sangue, desde as nebulosas no espaço até as
gotas do rocío na relva dos prados.

A regra da igualdade não consiste senão em quinhoar
10 desigualmente aos desiguais na medida em que se desigalam.
Nessa desigualdade social, proporcionada à desigualdade
natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade. O mais são
13 desvarios da inveja, do orgulho ou da loucura. Tratar com
desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria
desigualdade flagrante e não igualdade real.

16 Essa blasfêmia contra a razão e a fé, contra a
civilização e a humanidade, é a filosofia da miséria; executada,
não faria senão inaugurar a organização da miséria. Se a
19 sociedade não pode igualar os que a natureza criou desiguais,
cada um, nos limites da sua energia moral, no entanto, pode
reagir sobre as desigualdades nativas, pela educação, atividade
22 e perseverança. Tal a missão do trabalho.

Ruy Barbosa. *Oração aos moços*. Internet: <<http://home.comcast.net>> (com adaptações).

Julgue os itens seguintes, relativos ao texto acima apresentado.

- 14 A oração “quinhoar desigualmente aos desiguais na medida em
que se desigalam” (ℓ.9-10) exerce a função de complemento
indireto da forma verbal “consiste” (ℓ.9).
- 15 Não haveria prejuízo para o sentido original nem para a
correção gramatical do texto caso se inserisse **quando** ou **se**
for imediatamente antes de “executada” (ℓ.17).
- 16 No texto, que se classifica como dissertativo-argumentativo, o
autor constrói, por meio de recursos que incluem o uso de
exemplos e a repetição de estruturas e de elementos lexicais, os
argumentos que sustentam a ideia de igualdade por ele
defendida.
- 17 Infere-se do texto que a desigualdade flagrante ocorre quando
se ignora a ação da inveja, do orgulho e da loucura no
momento da determinação do que é justo para os que são
desiguais.
- 18 Sem prejuízo dos sentidos originais do texto e de sua correção
gramatical, na linha 3, o ponto final empregado logo após a
forma verbal “diversificam” poderia ser substituído por sinal
de dois-pontos, seguido por “Os” grafado com inicial
minúscula.
- 19 A palavra “nebulosas” (ℓ.7) é empregada, no texto, com função
adjetiva, podendo ser substituída por **obscuras**, **enigmáticas**.

1 O direito a distância semelha um bloco de justiça
como a montanha semelha um bloco de azul. E é isso a justiça:
um azul de montanha. À medida que nos aproximamos, esse
4 azul se esvai. A nitidez e a harmonia desfazem-se num
turbilhão caótico de detalhes grosseiros.

A beleza do direito transfunde-se no cipoal entrançado
7 do formalismo. Ao que nele penetrou espanta somente
encontrar fórmulas, só ouvir fórmulas, só conseguir fórmulas
— tudo amarelo, cor de ouro, e nada, nada azul, a cor da
10 justiça. O azul, a justiça, a harmonia, a equidade — puras
ilusões da ótica humana.

Velhíssimas umas, vindas da Roma imperial, vindas
13 da Idade Média; outras mais novas, nascidas no solo pátrio;
mas só isso: fórmulas e fórmulas.

Tenho meu Eu bipartido. Um mora no azul, libérrimo
16 como as andorinhas, isolado, desconhecido de todos, sem
irmão, sem Senhor. O outro, coitado, mora na cidade da
Fórmula, escravo assoldado às necessidades prosaicas da vida.
19 Que nítido exemplo da dualidade humana!

Quando o escravo vai à labuta, o outro voa às alturas,
enojado. À noite, nesse momento calmo em que o isolamento
22 e o silêncio nos integram, os dois irmãos se encontram e
confabulam ou filosofam.

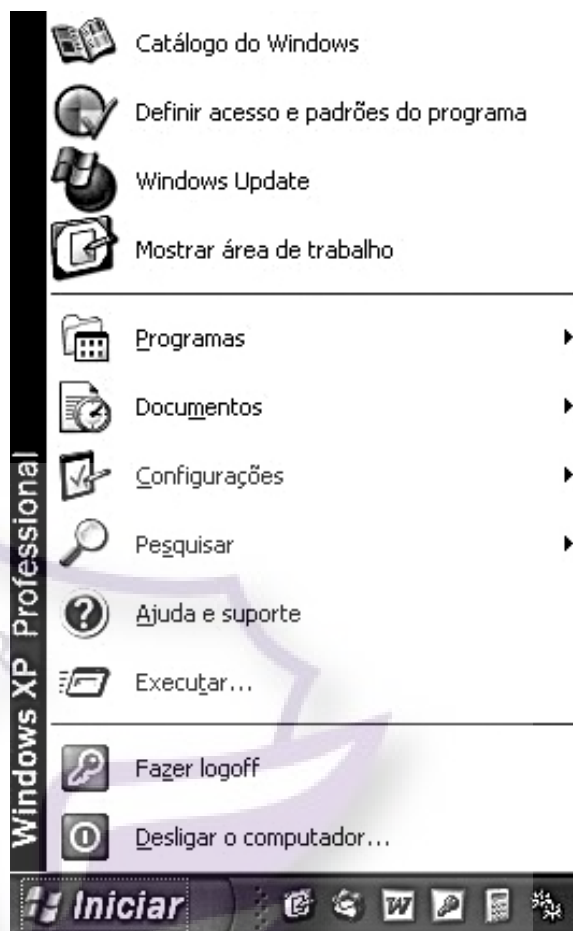
José Bento Monteiro Lobato. *Literatura do minarete*.
São Paulo: Globo, 2008, p. 265 (com adaptações).

A respeito das ideias e estruturas linguísticas do texto acima, julgue
os itens que se seguem.


- 20 Na linha 20, o emprego do sinal indicativo de crase é facultativo em “à labuta” e “às alturas”; por isso, sua omissão não traria prejuízo para correção gramatical do período.
- 21 Segundo o autor do texto, a justiça pode ser alcançada pela aplicação mais equânime do direito.
- 22 No terceiro parágrafo do texto, o autor enfatiza a tradição romanística do direito brasileiro ao mesmo tempo em que faz alusão à existência de fórmulas nacionais inovadoras.
- 23 Na linha 7, a forma verbal “espanta” flexiona-se no singular para concordar com o sujeito oracional “Ao que nele penetrou”.


Acerca das características gerais dos diversos tipos de comunicação oficial, julgue os itens a seguir.


- 24 Em comunicações oficiais dirigidas a ministros de tribunais superiores, deve-se empregar o pronome de tratamento **Vossa Excelência**.
- 25 Para que correspondências oficiais enviadas por correio eletrônico sejam aceitas como documentos originais, é necessária certificação digital que ateste a identidade do remetente.
- 26 Em situações em que se exija agilidade na comunicação, deve-se evitar o uso de memorandos, já que sua tramitação, por envolver diversos setores do órgão público expedidor, prejudica a celeridade do processo.
- 27 Os expedientes oficiais devem caracterizar-se pela impessoalidade, por constituírem modalidade de comunicação empregada exclusivamente entre órgãos do serviço público.
- 28 O destinatário de um memorando deve ser identificado pelo cargo que ocupa; o de um aviso, pelo nome e pelo cargo que ocupa; e o de um ofício, pelo nome, pelo cargo que ocupa e pelo endereço.



Na situação mostrada na figura acima, que reproduz parte de uma janela do sistema operacional Windows,

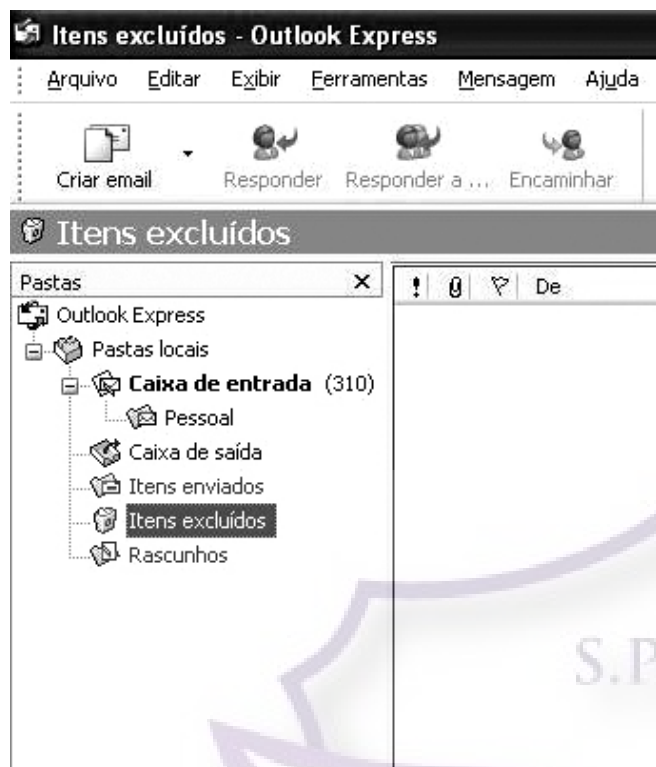
- 29 ao clicar a opção  Windows Update, o usuário terá acesso ao banco de dados do sistema operacional Windows que apresenta as pastas e subpastas com os arquivos de programas desse sistema operacional.

- 30 a opção  Pesquisa permite localizar arquivos ou pastas no computador local, dados na Internet ou, ainda, pessoas no Active Directory.

- 31 a opção  Catálogo do Windows possibilita que o usuário acesse informações a respeito dos discos disponíveis localmente e na rede, bem como das opções de computação em nuvem.

Com referência à suíte de aplicativos LibreOffice, julgue o item abaixo.

- 32 O LibreOffice é uma suíte de escritório livre, criada para ser executada exclusivamente no ambiente Linux e oferecer todas as funções esperadas de uma suíte profissional: editor de textos, planilha, apresentação, editor de desenhos e banco de dados.



Com referência à situação mostrada na figura acima, que reproduz parte de uma janela do Outlook Express, julgue os próximos itens.

- 33 Ao se clicar a pasta Itens enviados, será apresentada a lista de todos os *emails* que foram enviados a partir do Outlook Express.
- 34 Se o usuário em questão possuir inscrição em Grupos de discussão ou Redes sociais, a opção Responder a todos — Responder a todos — seria habilitada.
- 35 O número (310) mostrado ao lado da opção Caixa de entrada indica o número de amigos que o usuário em questão possui.

Julgue os itens subsequentes, relativos a conceitos de segurança da informação.

- 36 Procedimentos de *backups* são essenciais para a recuperação dos dados no caso de ocorrência de problemas técnicos no computador.
- 37 *Phishing* é a técnica de criar páginas falsas, idênticas às oficiais, para capturar informações de usuários dessas páginas.
- 38 O armazenamento em nuvem, ou em disco virtual, possibilita o armazenamento e o compartilhamento de arquivos e pastas de modo seguro, ou seja, sem que o usuário corra o risco de perder dados.

Relativamente à competência constitucional do MPU, julgue os itens a seguir.

- 39 O MPU possui competência para ajuizar, em defesa do meio ambiente, ação civil pública cujo pedido principal seja a declaração de inconstitucionalidade de determinada lei federal.
- 40 Os instrumentos de atuação do MPU na defesa da ordem jurídica incluem o ajuizamento, pelo procurador-geral da República, de ADC de lei ou ato normativo federal e de ADPF decorrente da CF.
- 41 O MPT não possui legitimidade para atuar no âmbito do STF.
- 42 Se, em sede de investigação criminal ou instrução processual penal conduzida pelo MPU, fizer-se necessária a quebra do sigilo de comunicação telefônica e fiscal de indivíduo investigado ou processado, o *parquet* deverá requerê-la ao órgão judicial competente, já que não tem competência para determiná-la unilateralmente.
- 43 A intervenção do MPU é obrigatória em todos os atos de processo instaurado em virtude de ação ajuizada por índios em defesa de seus direitos e interesses.

No que se refere aos direitos, às garantias e às prerrogativas dos membros do MPU, julgue os itens seguintes.

- 44 Ressalvados os membros do MPDFT, os membros do MPU que integravam a carreira na data da promulgação da CF podem exercer a advocacia, desde que estejam regularmente inscritos na OAB.
- 45 Membro do MPU pode se candidatar ao cargo de prefeito, desde que cumpra os requisitos previstos na legislação eleitoral e esteja no gozo de licença não remunerada.

Julgue os itens que se seguem, relativos ao CNMP.

- 46 Cabe ao CNMP efetuar o controle da atuação administrativa e financeira do MP e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros.
- 47 Não constitui competência do CNMP a revisão, de ofício ou mediante provocação, de processos disciplinares de servidores do MPU.

No tocante aos princípios e garantias institucionais do MP, julgue os próximos itens.

- 48 A autonomia administrativa do MPU, assegurada constitucionalmente, compreende a possibilidade de, mediante atos normativos internos, criar e extinguir cargos e serviços auxiliares.
- 49 De acordo com a CF, são princípios institucionais do MP a independência funcional, a indivisibilidade e a unidade.
- 50 A autonomia financeira do MP abrange a capacidade de elaborar a sua proposta orçamentária e a capacidade de gerir e aplicar os recursos orçamentários destinados à instituição.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca do processo legislativo, julgue os seguintes itens.

- 51 Promulgação é ato que incide sobre projeto de lei, transformando-o em lei e certificando a inovação do ordenamento jurídico.
- 52 É expressamente vedada a edição de medidas provisórias que versem sobre matérias de direito penal, processual penal e processual civil.

No que se refere à CF, às emendas constitucionais e aos princípios fundamentais, julgue os itens a seguir.

- 53 A CF instituiu mecanismos de freios e contrapesos, de modo a concretizar-se a harmonia entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, como, por exemplo, a possibilidade de que o Poder Judiciário declare a inconstitucionalidade das leis.
- 54 Projeto de emenda constitucional que vise alterar o § 4.º do art. 60 da CF, de maneira a ab-rogar a cláusula pétrea consistente na periodicidade do voto, não ofende a Constituição, já que inexistente vedação expressa de que o poder constituinte reformador ab-rogue cláusulas pétreas.

A respeito dos direitos e garantias fundamentais e da aplicabilidade das normas constitucionais, julgue os itens subsequentes.

- 55 Considere que Marcos, cidadão brasileiro, com vinte anos de idade, pretenda se eleger na próxima eleição, pela primeira vez, vereador de determinado município e que seu irmão adotivo seja atualmente vereador do referido município. Nessa situação, Marcos é considerado relativamente inelegível.
- 56 Os direitos fundamentais de primeira dimensão são aqueles que outorgam ao indivíduo direitos a prestações sociais estatais, caracterizando-se, na maioria das vezes, como normas constitucionais programáticas.

Julgue os itens seguintes, referentes à organização político-administrativa.

- 57 Caso a União edite lei que disponha sobre normas gerais concernentes a procedimentos em matéria processual, estado da Federação poderá legislar sobre matérias específicas concernentes a esse tema.
- 58 De acordo com o STF, é inconstitucional lei distrital que disponha sobre bingos e loterias, por desrespeitar competência legislativa privativa da União.

Com base no que dispõe a CF acerca da administração pública, julgue o item seguinte.

- 59 Considere que o valor nominal da remuneração global de determinado servidor público que recebia determinada gratificação tenha sido reduzido após a instituição de regime remuneratório de subsídio. Nesse caso, o servidor não tem direito à continuidade do recebimento da gratificação, pois, de acordo com o STF, não existe direito adquirido a regime jurídico remuneratório.

Julgue o próximo item, relativo a Poder Judiciário e funções essenciais à justiça.

- 60 Considere que determinado sindicato pretenda ajuizar ação possessória para garantir o livre acesso de empregados e clientes às agências bancárias, fechadas devido à greve realizada por empregados de um banco privado. Nessa situação, de acordo com o STF, a competência para julgar a ação é da justiça comum estadual, por tratar de matéria concernente ao direito civil.

Em relação a serviços públicos e à disciplina legal sobre as empresas públicas, julgue os itens a seguir.

- 61 A empresa pública federal caracteriza-se, entre outros aspectos, pelo fato de ser constituída de capital exclusivo da União, não se admitindo, portanto, a participação de outras pessoas jurídicas na constituição de seu capital.
- 62 Por expressa determinação constitucional, devem, obrigatoriamente, ser diretamente prestados pelo Estado os serviços postal, de aproveitamento energético dos cursos de água e de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais.

Com base no disposto na Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue os itens subsequentes.

- 63 A perda da função pública é sanção aplicável àqueles que pratiquem atos de improbidade administrativa que importem enriquecimento ilícito ou que gerem lesão ao erário, mas não aos que pratiquem atos de improbidade que atentem contra os princípios da administração pública.
- 64 A lei caracteriza como ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito a conduta do servidor público que implique o uso, em proveito próprio, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial de órgãos e entidades da administração pública.

Acerca do controle legislativo da administração e da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens seguintes.

- 65 A responsabilidade civil do Estado incide apenas se os danos causados forem de caráter patrimonial.
- 66 No exercício do controle legislativo, compete ao Senado Federal, em caráter privativo, sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar, bem como os contratos que padeçam de ilegalidade, neste último caso mediante solicitação da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

Julgue os itens a seguir, relativos aos atos administrativos.

- 67 A revogação do ato administrativo, quando legítima, exclui o dever da administração pública de indenizar, mesmo que esse ato tenha afetado o direito de alguém.
- 68 A autorização é ato administrativo discricionário mediante o qual a administração pública outorga a alguém o direito de realizar determinada atividade material.

Considerando as disposições da Lei n.º 8.112/1990, julgue os itens a seguir.

- 69 São requisitos para a investidura em cargo público, entre outros, a idade mínima de dezoito anos e a aptidão física e mental, podendo as atribuições do cargo justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.
- 70 O período em que o servidor estiver de licença para desempenhar mandato classista conta como tempo de serviço, sendo considerado de efetivo exercício, salvo para efeito de promoção por merecimento.

Julgue os seguintes itens, referentes ao aviso prévio.

- 71 De acordo com entendimento assente do TST, o aviso prévio tem de ser computado a partir do dia seguinte àquele em que o empregado dele tomar ciência.
- 72 Considere que um empregado tenha trabalhado por onze meses e que, em 26/3/2013, tenha tomado ciência do aviso prévio, de cujo cumprimento foi dispensado. Nesse caso, o empregador deveria ter-lhe pagado as verbas rescisórias no dia 27/3/2013, sob pena de ter de arcar com multa pelo atraso no pagamento dessas verbas.

A respeito do descanso semanal remunerado, julgue os itens que se seguem.

- 73 O empregado que faltar ao trabalho em um dia da semana ou que não for pontual perderá o direito ao pagamento do descanso semanal remunerado.
- 74 Um empregado que trabalhe como balconista desde 5/8/1996 e que, entre 1.º/4/2013 (segunda-feira) e 14/4/2013, tenha trabalhado sem ter nenhum dia de descanso terá direito a receber remuneração em dobro relativamente aos domingos trabalhados (7 e 14/4/2013).

Acerca do trabalho da mulher e da estabilidade da gestante, julgue os itens subsequentes.

- 75 Para o empregado do sexo feminino, a empresa deverá conceder um intervalo de 15 minutos antes de iniciado o trabalho em horas extras. Esse procedimento não se aplica ao caso de trabalho em horário extraordinário do empregado do sexo masculino.
- 76 No caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a empregada terá direito a repouso remunerado de quatro semanas, ficando-lhe assegurado o direito de retornar à função que ocupava antes do afastamento.
- 77 A empregada que tiver dado à luz seu filho no dia 12/1/2013 será considerada estável até o dia 12/5/2013, podendo o empregador, caso queira dispensá-la, dar-lhe ciência do aviso prévio no dia 13/5/2013.
- 78 A empresa que contratar uma mulher grávida que esteja na oitava semana de gestação não terá responsabilidade inerente à estabilidade da gestante, pois a concepção ocorreu antes do início do referido contrato de trabalho.

Julgue o item abaixo, acerca da duração da jornada de trabalho e sua compensação.

- 79 O sistema de banco de horas somente poderá ser implantado na empresa por meio de instrumento coletivo de trabalho.

O item a seguir apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada, referente às férias do trabalhador.

- 80 Uma empregada que completou 50 anos de idade no dia 5/3/2013 programou o gozo de suas férias em dois períodos, a seu pedido, da seguinte forma: os primeiros 15 dias, de 1.º a 15/5/2013, e o segundo período, de 1.º a 15/9/2013. Nessa situação, de acordo com a CLT, é lícito o fracionamento das férias como solicitado pela empregada.

Acerca da responsabilidade civil, julgue os itens subsecutivos.

- 81** Caso o paciente morra em decorrência de ter recebido tratamento médico inadequado, a teoria da perda de uma chance poderá ser utilizada como critério de apuração da responsabilidade civil por erro médico, de acordo com entendimento do STJ.
- 82** Ainda que demonstrada a ocorrência de ofensa injusta à dignidade da pessoa humana, faz-se necessária a comprovação da dor e do sofrimento para a configuração de dano moral.

A respeito do direito ao nome, julgue os itens seguintes.

- 83** Admite-se, após apreciação judicial, a retificação de registro civil para a inclusão de patronímico paterno no final do nome do filho.
- 84** O ordenamento jurídico admite a possibilidade da averbação, no registro de nascimento do filho, da alteração do patronímico materno, permitindo, assim, a inclusão do patronímico do padrasto em decorrência de novo casamento da genitora.

Julgue os itens que se seguem, referentes à pessoa jurídica.

- 85** Conforme entendimento do STJ, em relação à desconsideração da personalidade jurídica, o ordenamento jurídico pátrio adotou a denominada teoria maior da desconsideração.
- 86** A pessoa jurídica pode sofrer dano moral nos casos de violação à sua honra subjetiva.

Em relação aos negócios jurídicos, julgue os seguintes itens.

- 87** A invalidade do instrumento induz à invalidade do negócio jurídico, mesmo que este possa ser provado por outro meio.
- 88** Salvo se a lei dispuser em contrário, a escritura pública é essencial à validade do negócio jurídico que vise à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóvel de valor superior a trinta vezes o salário mínimo vigente.

Acerca de capacidade processual, julgue os itens a seguir.

- 89** Nas ações de cobrança de cotas condominiais, é necessária a formação de litisconsórcio passivo entre cônjuges.
- 90** O curador especial exerce função exclusivamente processual, defendendo em juízo os interesses do incapaz, do réu preso e do réu citado por hora certa ou por edital. Mesmo que o réu seja preso durante o trâmite do prazo de contestação, caberá a indicação de curador especial para elaborar a sua defesa.

A respeito da atuação do MP no processo civil, julgue os itens seguintes.

- 91** Em processo que envolva interesse de incapaz, o MP atua mais como curador de incapaz do que propriamente como fiscal da lei. Assim, se houver decisão que, embora contrária à lei, favoreça o incapaz, não caberá ao *parquet* interpor recurso.
- 92** O MP estadual tem legitimidade recursal para atuar no STJ.

Julgue os itens subsecutivos, referentes aos atos processuais.

- 93** Efetuada a citação por hora certa pelo oficial de justiça, o escrivão enviará comunicado ao réu, como última tentativa de fazer com que ele tome ciência da demanda. A ausência dessa comunicação, segundo a jurisprudência do STJ, não será causa de nulidade.
- 94** De acordo com o CPC, a diligência contida na carta precatória não poderá ser cumprida por juízo diverso daquele indicado quando de sua expedição.

Acerca do mandado de segurança, julgue o item abaixo.

- 95** Segundo a jurisprudência do STJ, ato administrativo que reduzir os vencimentos de servidor público incidirá sobre prestação de trato sucessivo, razão por que o prazo decadencial para a impetração de mandado de segurança contra tal ato renovar-se-á mês a mês.

Com base no que dispõe a CF acerca do direito penal, julgue os itens seguintes.

- 96** A titularidade do MP na ação penal pública é excepcionalizada pela ação penal privada subsidiária da pública, direito individual do cidadão, a ele assegurado nos casos em que a ação não é intentada no prazo legal.
- 97** A lei regulará a individualização da pena, proibidas, em qualquer situação, a pena de morte, a de caráter perpétuo, a de trabalhos forçados, a de banimento e a cruel.
- 98** Nenhum brasileiro nato será extraditado, salvo em caso de comprovado envolvimento em tráfico internacional de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

Acerca dos institutos do direito penal brasileiro, julgue os próximos itens.

- 99** Em relação às excludentes de ilicitude, na hipótese de legítima defesa, o agente deve agir nos limites do que é estritamente necessário para evitar injusta agressão a direito próprio ou de terceiro.
- 100** Por caracterizar inexigibilidade de conduta diversa, a coação moral ou física exclui a culpabilidade do crime.
- 101** Tratando-se de concurso de agentes, quando comprovada a vontade de um dos autores do fato em participar de crime menos grave, a pena será diminuída até a metade, na hipótese de o resultado mais grave ter sido previsível, não podendo, contudo, ser inferior ao mínimo da pena cominada ao crime efetivamente praticado.
- 102** A homologação de sentença estrangeira para obrigar condenado à reparação de dano requer a existência de tratado de extradição com o país de cuja autoridade judiciária emanou a sentença.

Com base no direito penal brasileiro, julgue os itens a seguir.

- 103** A inserção, em assentamento de registro civil, de declaração falsa com vistas à alteração da verdade sobre fato juridicamente relevante configura crime de falsidade ideológica, com aumento de pena em razão da natureza do documento.
- 104** Considere a seguinte situação hipotética.
Júlio, com intenção de matar Maria, disparou tiros de revólver em sua direção. Socorrida, Maria foi conduzida, com vida, de ambulância, ao hospital; entretanto, no trajeto, o veículo foi abalroado pelo caminhão de José, que ultrapassara um sinal vermelho, tendo Maria falecido em razão do acidente.
Nessa situação, Júlio deverá responder por tentativa de homicídio e José, por homicídio culposo.

Maria, vítima de estupro, comunicou o fato à autoridade policial na delegacia de polícia. Chamada, seis meses depois, para fazer o reconhecimento de um suspeito, Maria o identificou com segurança.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

- 105** Caso Maria resolva perdoar o autor do estupro, deverá fazê-lo antes do recebimento da denúncia pelo juiz, o que garantirá a extinção da punibilidade.
- 106** Por ser o crime de estupro hediondo, a prisão temporária do suspeito, caso seja decretada, terá o prazo de trinta dias, prorrogável por igual período.
- 107** Maria tem o prazo de seis meses para representar contra o suspeito, iniciando-se a contagem, inclusive, do dia em que fez o reconhecimento na delegacia de polícia.
- 108** Caso Maria seja menor de dezoito anos de idade, cabe ao seu representante legal fazer a representação junto à autoridade policial no prazo legal, sob pena de decadência do direito.

Considerando que um servidor público tenha sido preso em flagrante pela prática de peculato cometido em desfavor da Caixa Econômica Federal, tendo sido o crime facilitado em razão da função exercida pelo referido servidor, julgue os itens a seguir, com base na legislação processual penal.

- 109** Ao receber o auto de prisão em flagrante do servidor, o juiz deverá converter a prisão em flagrante em preventiva e, então, se for o caso, deliberar pela aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, como a suspensão do exercício da função pública.
- 110** Na hipótese de a prisão em flagrante do servidor ser ilegal, o pedido de relaxamento da prisão deve ser proposto por seu defensor junto à vara criminal da comarca em que ocorreu o peculato.
- 111** Por se tratar de crime afiançável, ao servidor é garantido o direito de apresentar resposta preliminar no prazo de quinze dias, logo após a notificação pelo juízo processante, quando, então, o juiz decidirá pelo recebimento ou rejeição da denúncia.

A respeito dos institutos do processo penal brasileiro, julgue os itens subsecutivos.

- 112** Deputado estadual que pratique crime doloso contra a vida deve ser julgado, dada a prerrogativa de foro especial, pelo tribunal de justiça do estado em que tenha sido eleito.
- 113** Na hipótese de o réu não constituir advogado, o juiz nomeará defensor dativo para acompanhar o feito, havendo previsão expressa no sentido de que o acusado é obrigado a pagar os honorários arbitrados pelo juiz, caso não seja pobre.
- 114** Na falta de perito oficial como, por exemplo, o médico legista, o exame de corpo de delito será realizado por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente em área específica e relacionada com a natureza do exame.

Julgue os itens seguintes, relativos ao direito penal militar.

- 115** Para a caracterização de crime militar, é necessário, entre outros requisitos, que o ilícito tenha sido praticado em local que integre o patrimônio militar, não bastando que o espaço esteja sob a administração militar.
- 116** Considere que João, dentista civil, tenha sido condenado pela justiça militar da União à pena de quatro anos de reclusão, pelo crime de violência contra militar em serviço. Nessa situação, o condenado deve cumprir a pena em penitenciária militar.
- 117** Considere que militares do Exército brasileiro, reunidos em alojamento militar, tenham criado uma coreografia ao som de uma versão *funk* do Hino Nacional, além de terem filmado a dança e divulgado o vídeo na Internet. Nessa situação, segundo entendimento do Superior Tribunal Militar, a conduta dos militares não constitui crime de desrespeito a símbolo nacional, devendo ser tratada, na esfera disciplinar, como brincadeira desrespeitosa.

Com base no direito processual penal militar, julgue os itens que se seguem.

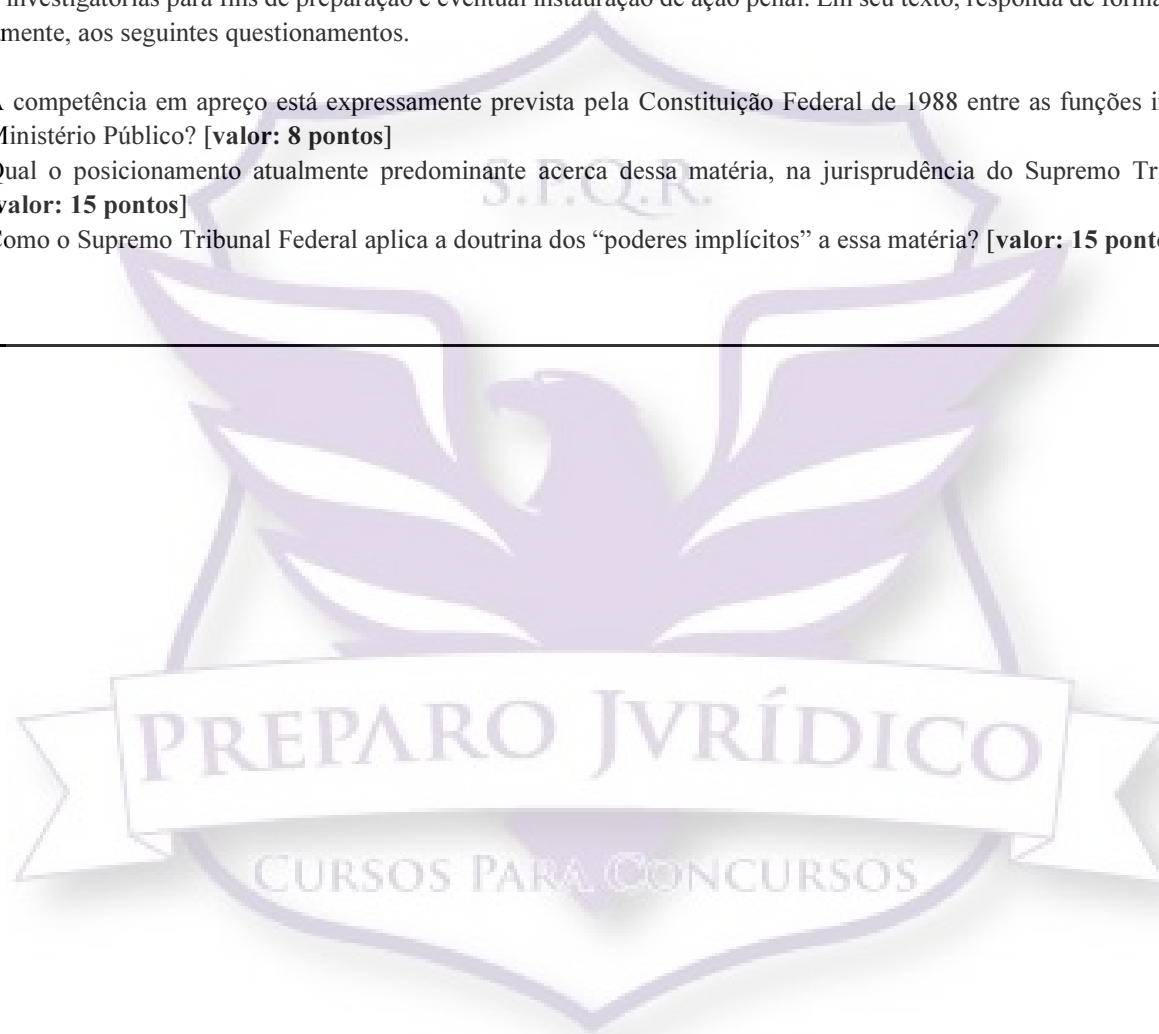
- 118** O ministro da Defesa, dada a sua condição de ministro de Estado civil, não exerce função de polícia judiciária militar.
- 119** Segundo o entendimento do STF, a qualificação de militar é elemento estrutural do tipo penal de deserção, de forma que a ausência desse requisito impede o processamento do feito.
- 120** Considere que determinado militar tenha sido vítima de crime de lesão corporal e que a correspondente ação penal militar contra o autor do ilícito esteja em curso. Nessa situação, somente o militar ofendido, seu representante legal ou seu sucessor podem habilitar-se a intervir no processo como assistentes do MP.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas na primeira página, pois não será avaliado o texto que apresentar qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **40,00 pontos**, dos quais até **2,00 pontos** serão atribuídos ao quesito apresentação e estrutura textual (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos).

Redija um texto dissertativo acerca da relação entre os princípios institucionais do Ministério Público e a competência para promover atividades investigatórias para fins de preparação e eventual instauração de ação penal. Em seu texto, responda de forma fundamentada, necessariamente, aos seguintes questionamentos.

- ▶ A competência em apreço está expressamente prevista pela Constituição Federal de 1988 entre as funções institucionais do Ministério Público? [valor: 8 pontos]
- ▶ Qual o posicionamento atualmente predominante acerca dessa matéria, na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal? [valor: 15 pontos]
- ▶ Como o Supremo Tribunal Federal aplica a doutrina dos “poderes implícitos” a essa matéria? [valor: 15 pontos]



RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



